

ÍNDICE

12	PROGNÓSTICO AMBIENTAL	1
12.1	SEM O EMPREENDIMENTO	1
12.2	COM O EMPREENDIMENTO	4

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1. CENÁRIOS PROSPECTIVOS.	8
---------------------------------------	---

12 PROGNÓSTICO AMBIENTAL

O presente capítulo tem a função de apresentar o contexto socioambiental e a qualidade ambiental futura das áreas passíveis de influência (direta ou indireta) da LT 230 kV Oriximiná – Juruti – Parintins e Subestações Associadas, caracterizando-as sob a ótica de dois cenários distintos, sendo eles, sem a implantação e com a implantação dos empreendimentos.

O primeiro cenário corresponde à hipótese de não instalação dos empreendimentos, sendo apresentado um prognóstico dos aspectos ambientais e socioeconômicos da região de estudo somado à tendência de mudança ou manutenção da situação atual, relacionadas às perspectivas futuras sem a implantação deste projeto.

O segundo cenário, por sua vez, compreende um prognóstico da dinâmica somada dos meios físico, biótico e socioeconômico, consolidada ao novo cenário ambiental que se constituirá com a implantação dos empreendimentos, tal como também as alterações promovidas pelos impactos positivos que potencialmente podem ser gerados.

A LT 230 kV Oriximiná – Juruti – Parintins possui aproximadamente 225,3 km, perpassando pelos territórios dos municípios de Oriximiná, Óbidos e Juruti, localizados na porção oeste do estado do Pará, e Parintins, localizado na porção leste do estado do Amazonas. A Subestação Oriximiná, que será ampliada, situa-se no início do traçado da futura LT, e está localizada no município homônimo. A Subestação Juruti deverá ser construída na área rural de Juruti, enquanto que a Subestação Parintins será instalada em uma área na periferia urbana de Parintins, no término do traçado da LT. Além dos empreendimentos em si, haverá a instalação de infraestruturas de apoio na fase de implantação, tais como canteiros de obra e atracadouros. Cabe ainda observar que será necessária a abertura de acessos para execução das atividades construtivas. Essas são as principais interferências diretas observadas para a análise dos cenários previstos neste Prognóstico.

12.1 SEM O EMPREENDIMENTO

A região de inserção dos empreendimentos localiza-se entre os estados do Pará e Amazonas e seu clima predominante é o equatorial úmido (quente e chuvoso). Este tipo de clima caracteriza-se pelos elevados índices de chuvas e temperaturas altas ao longo de todo ano, com estação chuvosa entre os meses de dezembro a maio, e a estação seca entre os meses de junho a novembro.

A área proposta para a implantação da LT 230 kV Oriximiná – Juruti - Parintins e Subestações Associadas está inserida em um arcabouço geológico composto por rochas sedimentares de idade cretácea (100 milhões de anos) da Formação Alter do Chão e também por sedimentos inconsolidados formados por depósitos aluvionares. Do ponto de vista geomorfológico, a área apresenta baixa amplitude altimétrica, caracterizada em grande parte por um relevo plano a suavemente ondulado. As características do clima, geologia e relevo resultam em solos em estágio avançado de desenvolvimento, de forma que a maior parte

da região dos empreendimentos é ocupada por latossolos (solos antigos e espessos), ocorrendo também gleissolos, plintossolos e neossolos nas áreas mais próximas ao rio Amazonas.

A exploração mineral na região de estudo, em especial na área prevista para a faixa de servidão, é incipiente, sendo constatado que dos 25 processos minerários existentes, apenas 01 se refere à fase de licenciamento, estando os demais ainda em fase de requerimento de pesquisa, autorização de pesquisa, requerimento de licenciamento e disponibilidade.

No tocante aos recursos hídricos, a área de estudo está localizada na chamada Bacia Amazônica, que é a maior região hidrográfica em termos de disponibilidade hídrica do mundo. Ao longo dos empreendimentos, destacam-se algumas sub-bacias hidrográficas conjugadas, sendo elas: sub-bacia do rio Madeira, sub-bacia do rio Nhamundá, sub-bacia do rio Paru, sub-bacia do rio Trombetas e a sub-bacia do rio Tapajós.

O relevo predominantemente plano (0% a 3%), em conjunto com os tipos de solos e esta grande disponibilidade hídrica, condiciona o elevado risco de inundação desta região, de modo que 47,6% apresentam risco alto ou muito alto. Naqueles locais sujeitos à inundação localizados nas margens do rio Amazonas, a vulnerabilidade geotécnica é classificada como alta ou muito alta, estando esta região sujeita à ação do denominado “fenômeno de terras caídas”. Tal fenômeno caracteriza-se pela ocorrência de grandes erosões nas margens dos rios e, conseqüentemente, no desmoronamento de terras, devido à perda de estabilidade das margens pela ação das cheias e atividades antrópicas (transporte hidroviário e desmatamento). Nas regiões de terra firme, de maneira geral, a vulnerabilidade geotécnica é moderadamente baixa, à exceção das áreas com declividade entre 3% e 8%, entre os municípios de Óbidos e Oriximiná, onde a susceptibilidade à erosão é maior, sendo encontradas áreas de vulnerabilidade alta.

Tendo em vista os aspectos climáticos, geomorfológicos e pedológicos, a vegetação na área de estudo é composta predominantemente por formações florestais do Bioma Amazônico, a saber, Floresta Ombrófila Densa Aluvial, encontrada nas margens do rio Amazonas e outros corpos hídricos e sujeita a alagamentos; e as Florestas Ombrófila Densa de Terras Baixas e Aberta de Terras Baixas. Além disso, são encontradas também formações campestres constituídas pelas Formações Pioneiras, que são frequentemente inundadas, e também regiões de Tensão Ecológica entre estas e as formações florestais.

As formações florestais se encontram em diferentes estágios sucessionais, resultante da interferência antrópica derivada do processo de ocupação das terras amazônicas desde a década de 70 até o período atual, marcado pelo desmatamento, incêndios florestais e principalmente o corte seletivo (espécies madeireiras). Apesar disso, ainda pode ser observada uma fauna rica e diversa nos remanescentes florestais e demais habitats naturais, sendo constatada ainda a presença de espécies restritas a ambientes florestais preservados e altamente especializadas, bem como espécies bioindicadoras de qualidade ambiental (predadores de topo, tais como tucuxi e jaguatirica).

Nas áreas onde a antropização apresenta um caráter mais marcante, verifica-se a retirada total da vegetação nativa para o desenvolvimento de uma produção agrícola pouco mecanizada, voltada principalmente à agricultura familiar, destinada à subsistência, e à alimentação de rebanhos.

A população residente concentra-se em aglomerados urbanos e rurais com baixa densidade demográfica, que são instalados próximos aos eixos rodoviários e vias de acessos vicinais, e se caracterizam por um crescimento vegetativo baixo, e motivado, principalmente, por questões exógenas, como por exemplo, a implantação de empreendimentos diversos.

As comunidades da região de estudo possuem, de maneira geral, as infraestruturas consideradas básicas, tais como energia elétrica e acesso à água. Já os efluentes domésticos são destinados às fossas rudimentares e o lixo é comumente queimado. O acesso à saúde é concentrado nas sedes urbanas dos municípios de Oriximiná, Óbidos, Juruti e Parintins, havendo, entretanto, atendimentos primários localizados em alguns postos de saúde rurais e ações preventivas realizadas por agentes comunitários de saúde nas comunidades rurais que integram a área de influência dos empreendimentos.

A estrutura de ensino também é concentrada nas sedes municipais, com presença somente de instituições de ensino fundamental nas comunidades com a disponibilidade de transporte público municipal. Em Parintins, no entanto, as escolas polos rurais oferecem também o ensino médio tecnológico, mediado via satélite. Este conjunto de infraestruturas presentes na região de estudo é responsável pela situação da condição de vida ser considerada como de nível médio, de acordo com a metodologia do IDH (PNUD, 2013).

No cenário de não implantação dos empreendimentos, considera-se que os fatores de pressão existentes sobre os componentes socioambientais permanecerão, de modo que a qualidade ambiental futura da região dependerá da dinâmica atualmente presente, assim como das tendências projetadas para estes fatores, cuja análise destas tendências será apresentada a seguir.

Com relação aos aspectos físicos, constata-se que a região possui ligeira vulnerabilidade geotécnica, principalmente definida pelas baixas classes de declividade e pelo uso e ocupação do solo, ou seja, grande parte da área se encontra coberta por vegetação, dificultando, assim, o surgimento de processos erosivos. Ainda que ocorra a progressão da ocupação da região, não é esperado o desenvolvimento ou aceleração de processos erosivos.

As situações excepcionais observadas na região referem-se às áreas sujeitas a alagamento nas margens do rio Amazonas, mais suscetíveis ao uso intenso, tendo em vista que o principal modal da região é hidroviário, e também sujeita em função dos fatores já elencados, ao fenômeno de terras caídas.

Da mesma maneira, também não são esperadas modificações expressivas na dinâmica, estrutura, riqueza e diversidade das comunidades de flora e fauna, que permanecerão sujeitas à pressão atual das atividades antrópicas sobre os remanescentes de vegetação decorrentes, principalmente, do corte seletivo para

extração de madeira de elevado valor agregado, assim como do desmatamento como parte do processo de ocupação da região.

Sendo assim, dentre os fatores de pressão projetados para a região de estudo, podem ser citados a redução da extensão das formações florestais, com consequente perda de habitats; e o aumento da atividade da caça e apanha de espécimes animais silvestres, que na região Amazônica é destinada ao comércio ilegal da fauna, sendo este impacto decorrente de uma maior acessibilidade ao interior de remanescentes florestais.

No que concerne à dinâmica socioeconômica, a região apresenta um padrão tímido de crescimento populacional, o qual deve permanecer estagnado, salvo se ocorrer nos municípios a implantação de empreendimentos de médio a grande porte, congêneres ou não, e que tenham a capacidade de atração de população em função da geração de postos permanentes de trabalho.

Quanto à estrutura de atendimento de saúde e educação, tendo em vista que esta acompanha a dinâmica populacional supracitada, e depende de investimentos por parte do poder público (federal, estadual e municipal), ou mesmo de parceiros, a tendência é que não ocorram mudanças de caráter qualitativo ou quantitativo.

Por outro lado, a não implantação dos empreendimentos irá manter a região isolada do Sistema Interligado Nacional (SIN), e dependente de fontes não renováveis (diesel) e menos confiáveis de energia, aliado ao fato de que esses recursos não atendem à atual demanda regional. Outros consumidores (de energia) de médio e grande porte, como é o caso de parques industriais, continuariam aguardando a oportunidade de investir na região, uma vez que dependem da chegada de energia confiável.

12.2 COM O EMPREENDIMENTO

A implantação dos empreendimentos promoverá uma série de alterações na dinâmica socioambiental da região em estudo, o que resultará em potenciais impactos positivos e negativos.

Durante a fase de instalação dos empreendimentos, serão desenvolvidas atividades envolvendo a movimentação e operação de caminhões e máquinas, instalação de estruturas (praças das torres e lançamento de cabos, canteiros de obras, abertura de acessos, entre outros), e demais operações unitárias associadas exclusivamente à infraestrutura do projeto.

Essas atividades, quando desenvolvidas sem diretrizes ambientais bem definidas, podem vir a gerar impactos tais como: geração de resíduos sólidos e efluentes líquidos, e ainda alteração da qualidade do ar e elevação nos níveis de ruídos, que poderão gerar incômodos à população, especialmente no entorno imediato dos canteiros de obras e frentes de serviço. Estes impactos, entretanto, serão mitigados ou mesmo neutralizados pela implantação do Plano Ambiental para a Construção (PAC) e do Programa de Monitoramento e Recuperação de Processos Erosivos e Áreas Degradadas, os quais estabelecem medidas preventivas e de controle ambiental relacionadas ao tema.

Verifica-se também como impacto potencial o desenvolvimento ou aceleração de processos erosivos que, em função das características pedológicas, geológicas e do relevo, é considerado como média importância e significância marginal. Com isso, as medidas preventivas e de controle previstas no PAC e os procedimentos de recuperação de áreas degradadas indicados no Programa de Monitoramento e Recuperação de Processos Erosivos e Áreas Degradadas serão suficientes para mitigar ou, até mesmo, neutralizar este impacto.

Na área de estudo, foram identificados processos de exploração mineral que, de maneira geral, são incompatíveis com a transmissão de energia. Neste sentido, estão previstas medidas preventivas, por meio da solicitação do bloqueio da área necessária à instalação dos empreendimentos, conforme procedimento estabelecido no Parecer PROGE no 500/2008, emitido pela Procuradoria Jurídica do referido Departamento.

Em relação à fauna e à flora, o maior impacto a ser causado pela implantação dos empreendimentos decorre da supressão de vegetação necessária, principalmente, para a abertura de acessos e da faixa de serviço, ocasionando a perda e alteração de habitats e, conseqüentemente, alteração da composição e diversidade da fauna e flora. No entanto, as atividades relacionadas à definição do traçado da LT e à implantação dos empreendimentos foram planejadas de forma a minimizar os efeitos deste impacto. Neste sentido, os canteiros de obra serão instalados em áreas sem vegetação florestal, ficando a supressão de vegetação limitada à abertura de acessos, praças de lançamento de cabos, estabelecimento da faixa de serviço e praças das torres.

No intuito de reduzir ainda mais o efeito da supressão, o traçado da linha foi definido de modo a atravessar áreas já impactadas por atividades antrópicas desenvolvidas na região, reduzindo o impacto sobre a vegetação nativa conservada. Devido a estes cuidados, espera-se que o impacto relacionado à supressão vegetal sobre a fauna e a flora seja muito reduzido, não apresentando intensidade maior do que o processo de fragmentação já em curso na região.

A supressão da vegetação na faixa de serviço e implantação da LT e estruturas associadas promoverão também modificações na paisagem, esta já alterada, por exemplo, pelo compartilhamento de faixa com a LT 500 kV Jurupari – Oriximiná C1 e C2, em operação. A paisagem de uma região, independentemente do seu nível de antropização, pode ser considerada como patrimônio imaterial de uma comunidade. Ainda que a alteração provocada pela implantação dos empreendimentos tenha caráter permanente, as ações de educação patrimonial e comunicação social junto à população, em especial àquela localizada no entorno imediato e mais sujeitas à intrusão visual, poderão mitigar este impacto em longo prazo.

Já o aumento da probabilidade de acidentes com a fauna e a pressão de caça, decorrentes especialmente do aumento da circulação de veículos e pessoas, são impactos altamente mitigáveis, por meio da implantação de programas de educação ambiental para os trabalhadores e comunidades do entorno (PEAT e PEA), além de colocação de placas educativas (no âmbito do Programa de Comunicação Social – PCS). Por outro lado, o acompanhamento da supressão da vegetação, com o afastamento e eventual

resgate de espécies de pouca mobilidade, deverá mitigar o impacto de acidentes com a fauna durante as obras.

Quanto aos aspectos socioeconômicos, a implantação da futura LT promoverá alterações nos domínios locais das propriedades inseridas ao longo das áreas de intervenções físicas dos empreendimentos, em função das ações de estabelecimento da faixa de servidão e instalação e ampliação das subestações. De maneira geral, estas alterações serão relacionadas à restrição do uso e ocupação do solo, que poderão promover expectativas da população local com relação à LT e suas infraestruturas associadas.

Considerando o paralelismo parcial da futura LT com a LT existente (LT 500 kV Jurupari – Oriximiná C1 e C2), esta restrição ocasionada pelo estabelecimento da faixa de servidão poderá promover alterações nas propriedades rurais cuja área útil se torne reduzida com a implantação dos empreendimentos. Como consequência, pode ocorrer uma pressão sob a condição fundiária regional, derivada da busca por novas áreas produtivas e especulação imobiliária.

No que tange às expectativas geradas na população, a implantação do Programa de Comunicação Social (PCS) poderá esclarecer adequadamente sobre as limitações produtivas, construtivas e de tecnologias agrícolas que podem ser desenvolvidas na faixa de servidão, minimizando este impacto. Associado a estas ações, será realizada a reposição patrimonial das propriedades (incluindo benfeitorias e culturas estabelecidas) por meio de uma correta e transparente negociação, entre proprietários e empreendedor.

Na fase de obras, poderão ser geradas alterações no cotidiano e nas condições de vida da população em função da possibilidade de aumento do risco de acidentes rodoviários e hidroviários decorrentes do transporte de pessoas, materiais e equipamentos. Este risco poderá ser adequadamente mitigado ou mesmo neutralizado através da implantação de um rigoroso controle de tráfego e sinalização nos acessos utilizados pela obra, dentre outras medidas previstas no Plano Ambiental para a Construção (PAC), bem como por meio da informação e treinamento dos trabalhadores direcionados a esta função de transporte, por meio do Programa de Educação Ambiental para os Trabalhadores (PEAT) e Programa de Comunicação Social (PCS).

A inserção de pessoas provenientes de outras regiões interessadas nas vagas de emprego (direto ou indireto) associadas ao empreendimento pode gerar uma pressão ao sistema de saúde municipal em função do potencial de transmissão de doenças associadas a vetores. Entretanto, o adequado controle de saúde dos trabalhadores contratados no processo de admissão e a execução de planos e programas sociais, tais como Plano Ambiental para a Construção (PAC), Programa de Educação Ambiental para os Trabalhadores (PEAT), Programa de Comunicação Social (PCS), poderão mitigar estes impactos.

Por outro lado, a implantação da LT 230 kV Oriximiná – Juruti – Parintins e Subestações Associadas trará importantes impactos positivos para as comunidades circunvizinhas e os municípios interceptados pelo empreendimento. Durante a fase de instalação, as demandas por mão de obra, insumos e materiais para as obras poderão propiciar a abertura de postos de trabalho e o aquecimento da economia local,

proporcionando um aumento da geração de renda nas comunidades e municípios de Oriximiná, Óbidos, Juruti e Parintins.

Outro fator de análise e de interferência positiva à dinâmica socioeconômica dos municípios supracitados, tal como para os estados do Pará e Amazonas, é o incremento da arrecadação tributária em função do investimento realizado com a aquisição de bens, serviços e propriedades nos municípios interceptados, e a consequente carga tributária atrelada a essas atividades, por exemplo, o ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) e o ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias).

A implantação dos empreendimentos e a consequente interligação da região ao Sistema Interligado Nacional (SIN) possibilitarão a distribuição dessa energia e a inserção de polos industriais e outros empreendimentos consumidores de energia elétrica. Além deste, cita-se o aumento das condições de investimento dos Governos Federal, Estaduais, Municipais e até da iniciativa privada; ampliando, possivelmente, o potencial de dinamização socioeconômica da região, através do melhor atendimento das demandas crescentes.

Destarte, a implantação dos empreendimentos, concomitante à implantação das demais medidas mitigadoras e compensatórias propostas, possibilitará, a partir da distribuição dessa energia por parte de empresas concessionárias estaduais – o que não faz parte do escopo dos empreendimentos em análise –, o crescimento social e econômico dos municípios de Oriximiná, Óbidos, Juruti e Parintins, respeitando, contudo, a integridade dos ecossistemas naturais, e reunindo assim desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental.

Com base no exposto acima, foram elaborados cenários prospectivos (Quadro 1), considerando as temáticas integradas abordadas neste prognóstico, de maneira em que se estabeleça a evolução da qualidade ambiental das áreas de influência por elas associadas de acordo com situação atual, com o empreendimento e sem o empreendimento.

Quadro 1. Cenários prospectivos.

Meio de Influência	Atributo Ambiental Considerado	Situação Atual	Situação com o Empreendimento	Situação sem o Empreendimento		
Físico	Geração de Resíduos Sólidos	Se resume apenas às ações antrópicas já existentes na área.	Durante a fase de instalação dos empreendimentos, serão desenvolvidas atividades envolvendo a movimentação e operação de caminhões e máquinas, instalação de estruturas (praças das torres e lançamento de cabos, canteiros de obras, abertura de acessos, entre outros), e demais operações unitárias associadas exclusivamente à infraestrutura do projeto. Essas atividades, quando desenvolvidas sem diretrizes ambientais bem definidas, podem vir a gerar impactos tais como: geração de resíduos sólidos e efluentes líquidos, e ainda alteração da qualidade do ar e elevação dos níveis de ruídos, que poderão gerar incômodos à população, especialmente no entorno imediato dos canteiros de obras e frentes de serviço.	Não são esperadas modificações expressivas na geração de resíduos sólidos, efluentes líquidos, alteração na qualidade do ar e elevação dos níveis de ruídos, que permanecerão sujeitos à pressão atual das atividades antrópicas.		
	Geração de Efluentes					
	Alteração da Qualidade do Ar	Se resume apenas às partículas oriundas do movimento de tráfego já existente				
	Elevação dos Níveis de Ruídos	Permanece dentro dos padrões aceitáveis para ambientes urbanos com presença de vias de tráfego				
	Desenvolvimento/Acentuação dos Processos Erosivos	Processo natural existente nas margens do rio Amazonas, cuja vulnerabilidade geotécnica é classificada como alta ou muito alta, estando esta região sujeita à ação do denominado “fenômeno de terras caídas”. Nas regiões de terra firme, de maneira geral, a vulnerabilidade geotécnica é moderadamente baixa, à exceção das áreas com declividade entre 3% e 8%.			Verifica-se também como impacto potencial o desenvolvimento ou aceleração de processos erosivos que, em função das características pedológicas, geológicas e do relevo, é considerado como média importância e significância marginal.	A região possui ligeira vulnerabilidade geotécnica, principalmente definida pelas baixas classes de declividade e pelo uso e ocupação do solo, ou seja, grande parte da área se encontra coberta por vegetação, dificultando, assim, o surgimento de processos erosivos. Ainda que ocorra a progressão da ocupação da região, não é esperado o desenvolvimento ou aceleração de processos erosivos.
	Exploração Mineral	A exploração mineral na região de estudo, em especial na área prevista para a faixa de servidão, é incipiente, sendo constatado que dos 25 processos minerários existentes, apenas 01 se refere à fase de licenciamento, estando os demais ainda em fase de requerimento de pesquisa, autorização de pesquisa, requerimento de licenciamento e disponibilidade.			Na área de estudo, foram identificados processos de exploração mineral que, de maneira geral, são incompatíveis com a transmissão de energia. Neste sentido, estão previstas medidas preventivas, por meio da solicitação do bloqueio da área necessária à instalação dos empreendimentos, conforme procedimento estabelecido no Parecer PROGE no 500/2008, emitido pela Procuradoria Jurídica do referido Departamento.	Não são esperadas modificações expressivas nas atividades de exploração mineral da região.
Biótico	Supressão de Vegetação	Nas áreas onde a antropização apresenta um caráter mais marcante, verifica-se a retirada total da vegetação nativa para o desenvolvimento de uma produção agrícola pouco mecanizada, voltada principalmente à agricultura familiar, destinada à subsistência, e à alimentação de rebanhos.	Em relação à fauna e à flora, o maior impacto a ser causado pela implantação dos empreendimentos decorre da supressão de vegetação necessária, principalmente, para a abertura de acessos e da faixa de serviço, ocasionando a perda e alteração de habitats e, conseqüentemente, alteração da composição e diversidade da fauna e flora.	Não são esperadas modificações expressivas na dinâmica, estrutura, riqueza e diversidade da comunidade de flora, que permanecerá sujeita à pressão atual das atividades antrópicas sobre os remanescentes de vegetação decorrentes, principalmente, do corte seletivo para extração de madeira de elevado valor agregado, assim como do desmatamento como parte do processo de ocupação da região.		
	Perda e Alteração de habitats	Fauna rica e diversa nos remanescentes florestais e demais habitats naturais		Redução da extensão das formações florestais, com conseqüente perda de habitats		
	Alteração da Composição da Diversidade da Fauna	fauna rica e diversa nos remanescentes florestais e demais habitats naturais, sendo constatada ainda a presença de espécies restritas a ambientes florestais preservados e altamente especializadas, bem como espécies bioindicadoras de qualidade ambiental (predadores de topo, tais como tucuxi e jaguatirica)		Não são esperadas modificações expressivas na dinâmica, estrutura, riqueza e diversidade das comunidades de flora e fauna, que permanecerão sujeitas à pressão atual das atividades antrópicas sobre os remanescentes de vegetação.		
	Alteração da Composição da Diversidade da Flora	As formações florestais se encontram em diferentes estágios sucessionais, resultante da interferência antrópica derivada do processo de ocupação das terras amazônicas desde a década de 70 até o período atual, marcado pelo desmatamento, incêndios florestais e principalmente o corte seletivo (espécies madeireiras).				
	Modificação da Paisagem	Paisagem já modificada anteriormente incorporou sua forma devido ao predomínio dos seguintes: 1) pecuária extensiva, com produção de gado de corte; 2) agricultura, com produção voltada para agricultura familiar de subsistência, sendo as principais culturas de mandioca, frutas e hortaliças; e 3) atividades extrativistas (castanha, açaí, madeira e pesca). Vale também mencionar que há trechos onde empreendimento interceptará áreas de perímetro urbano, caracterizadas pelo predomínio de uso do solo residencial, sobretudo entre o km 223,6 ao km 224,1 da LT.	A supressão da vegetação na faixa de serviço e implantação da LT e estruturas associadas promoverão também modificações na paisagem, esta já alterada, por exemplo, pelo compartilhamento de faixa com a LT 500 kV Jurupari – Oriximiná C1 e C2, em operação. A paisagem de uma região, independentemente do seu nível de antropização, pode ser considerada como patrimônio imaterial de uma comunidade.	Inalterada		
	Acidentes com a Fauna	Fauna remanescente adaptada à intervenção antrópica.	Haverá aumento da probabilidade de acidentes com a fauna e a pressão de caça, decorrentes especialmente do aumento da circulação de veículos e pessoas.	Os impactos sobre a fauna continuarão da mesma maneira que o atual, sujeito às atividades antrópicas na região, isto é, manutenção dos índices de mortandade da fauna das áreas próximas aos empreendimentos.		
	Pressão de Caça					
Socioeconômico	Alteração nos domínios locais das propriedades inseridas ao longo das áreas de intervenções físicas	No que concerne à dinâmica socioeconômica, a região apresenta um padrão tímido de crescimento populacional, o qual deve permanecer estagnado, salvo se ocorrer nos municípios a implantação de empreendimentos de	Quanto aos aspectos socioeconômicos, a implantação da futura LT promoverá alterações nos domínios locais das propriedades inseridas ao longo das áreas de intervenções físicas dos empreendimentos, em função das	Inalterada		

Meio de Influência	Atributo Ambiental Considerado	Situação Atual	Situação com o Empreendimento	Situação sem o Empreendimento
		médio a grande porte, congêneres ou não, e que tenham a capacidade de atração de população em função da geração de postos permanentes de trabalho.	ações de estabelecimento da faixa de servidão e instalação e ampliação das subestações. De maneira geral, estas alterações serão relacionadas à restrição do uso e ocupação do solo, que poderão promover expectativas da população local com relação à LT e suas infraestruturas associadas.	
	Pressão sob a condição fundiária regional, expectativas geradas na população e especulação imobiliária		Poderá ocorrer uma pressão sob a condição fundiária regional, derivada da busca por novas áreas produtivas e especulação imobiliária	
	Aumento do risco de acidentes rodoviários e hidroviários	O estado inadequado na conservação das rodovias provoca impactos maior risco de acidentes e aumento do uso do transporte hidrográfico. O barco é o transporte motorizado mais utilizado para viagens entre as áreas urbanas e rurais, explorado por autônomos ou empresas sem qualquer regulação, é reconhecido pela população como um modo de transporte inseguro e sem conforto.	Na fase de obras, poderão ser geradas alterações no cotidiano e nas condições de vida da população em função da possibilidade de aumento do risco de acidentes rodoviários e hidroviários decorrentes do transporte de pessoas, materiais e equipamentos.	Manutenção do quadro atual dos riscos relacionados aos acidentes rodoviários e hidroviários.
	Pressão no sistema de saúde municipal	O acesso à saúde é concentrado nas sedes urbanas dos municípios de Oriximiná, Óbidos, Juruti e Parintins, havendo, entretanto, atendimentos primários localizados em alguns postos de saúde rurais e ações preventivas realizadas por agentes comunitários de saúde nas comunidades rurais que integram a área de influência dos empreendimentos.	A inserção de pessoas provenientes de outras regiões interessadas nas vagas de emprego (direto ou indireto) associadas ao empreendimento pode gerar uma pressão ao sistema de saúde municipal em função do potencial de transmissão de doenças associadas a vetores.	Quanto à estrutura de atendimento de saúde e educação, tendo em vista que esta acompanha a dinâmica populacional supracitada, e depende de investimentos por parte do poder público (federal, estadual e municipal), ou mesmo de parceiros, a tendência é que não ocorram mudanças de caráter qualitativo ou quantitativo.
	Abertura de postos de trabalho e aquecimento da economia local	Segundo os dados do último Censo Demográfico, considerando a população economicamente ativa da AE, havia 91.825 pessoas ocupadas (POC), representando uma taxa de ocupação de 91,54%, enquanto outras 8.477 pessoas eram desocupadas, o que correspondia a uma taxa de desocupação (ou desemprego aberto) de 8,45%. Relativamente ao Brasil (7,65%), a AE tem uma taxa de desocupação superior, porém, com relação aos estados do Amazonas (9,72%) e Pará (9,15%), a taxa registrada era inferior.	Durante a fase de instalação, as demandas por mão de obra, insumos e materiais para as obras poderão propiciar a abertura de postos de trabalho e o aquecimento da economia local, proporcionando um aumento da geração de renda nas comunidades e municípios de Oriximiná, Óbidos, Juruti e Parintins.	Inalterada
	Incremento da arrecadação pública		Incremento da arrecadação tributária em função do investimento realizado com a aquisição de bens, serviços e propriedades nos municípios interceptados, e a consequente carga tributária atrelada a essas atividades, por exemplo, o ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) e o ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias).	
	Interligação da região ao Sistema Interligado Nacional (SIN)	A região de implantação dos empreendimentos atualmente é suprida por sistemas isolados das Centrais Elétricas do Pará (CELPA) e da Eletrobrás Amazonas Energia, compostos por usinas termelétricas movidas a óleo diesel. De acordo com análises efetuadas pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE (2012), essa configuração vigente do sistema elétrico deixa a região vulnerável a eventos adversos associados à geração térmica isolada, implicando na baixa confiabilidade de fornecimento de energia elétrica, sem mencionar os altos custos de combustível impostos ao setor elétrico e a emissão de poluentes.	A implantação dos empreendimentos e a consequente interligação da região ao Sistema Interligado Nacional (SIN) possibilitarão a distribuição dessa energia e a inserção de polos industriais e outros empreendimentos consumidores de energia elétrica.	A não implantação dos empreendimentos irá manter a região isolada do Sistema Interligado Nacional (SIN), e dependente de fontes não renováveis (diesel) e menos confiáveis de energia, aliado ao fato de que esses recursos não atendem à atual demanda regional. Outros consumidores (de energia) de médio e grande porte, como é o caso de parques industriais, continuariam aguardando a oportunidade de investir na região, uma vez que dependem da chegada de energia confiável.
	Aumento das condições de investimento dos Governos Federal, Estaduais e Municipais		Aumento das condições de investimento dos Governos Federal, Estaduais, Municipais e até da iniciativa privada; ampliando, possivelmente, o potencial de dinamização socioeconômica da região, através do melhor atendimento das demandas crescentes.	A tendência é que não ocorram mudanças de caráter qualitativo ou quantitativo no aumento das condições de investimento dos Governos Federal, Estaduais e Municipais.